

**A expansão da educação profissional e superior na rede federal fluminense de ensino profissional****The expansion of vocational and higher education in Rio de Janeiro's federal network of vocational education**

DOI:10.34117/bjdv6n1-044

Recebimento dos originais: 30/11/2019

Aceitação para publicação: 07/01/2020

**Mauro Sergio Pinheiro Dos Santos De Souza**

Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense

Instituição: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Endereço: Avenida República do Chile, 500, 7º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

E-mail: maurospss@gmail.com

**RESUMO**

O Governo Federal, a partir de 2005 e com a revalorização e ressignificação da educação profissional no País, estabeleceu uma política pública nacional de Educação que visou expandir e desconcentrar a oferta da educação profissional da rede federal ensino, em vista de estabelecer novas perspectivas à educação nacional. Essas transformações estão intrinsecamente relacionadas às mudanças operadas no sistema produtivo de modo geral que tem repercutido no modo de atuação do Estado ao se engajar os territórios, nas escalas subnacionais, para o desenvolvimento nacional e a competição econômica. É com base nessas premissas que se estabeleceu a expansão e a desconcentração da rede federal de ensino profissional: a educação profissional para a elevação da educação da população atendida e na produção de inovações, a partir da prospecção das potencialidades locais e regionais. Assim, o Governo Federal estabeleceu um programa para a expansão da rede federal de ensino profissional, dividindo-o em três fases, cuja terceira ainda se encontra inconclusa. Nesse sentido, os resultados da expansão da rede federal de ensino profissional no estado do Rio de Janeiro são notórios, proporcionando uma relevante desconcentração da rede no território fluminense que se traduz não apenas em novas unidades de ensino, mas inclui, também, uma ampliação da oferta educativa que tem por base a educação profissional de nível médio atrelada à expansão da oferta de cursos superiores de diferentes tipos (licenciaturas, bacharelados, tecnólogos) e de pós-graduação (lato sensu e stricto sensu). Evidencia-se, nesse processo, que as escalas subnacionais foram munidas de renovadas possibilidades a partir do estabelecimento de novas unidades educativas que buscam, por meio da capitalização das particularidades e características locais e regionais, conceber novos meios de servirem à comunidade local no desenvolvimento. Destaca-se, assim, a ampliação da oferta de cursos profissionais, de graduação e de pós-graduação como propulsores de novas oportunidades que viabilizem renovar as economias locais, atender a diferentes anseios locais, ainda que tais papéis estejam em construção e não se desenvolvam de forma linear ou idêntica nas diferentes realidades do território fluminense. Além disso, apesar dos avanços, há nítidas disparidades entre as unidades que compõem a rede na oferta da educação profissional e acadêmica, sobretudo quando se considera a oferta de pós-graduação stricto sensu. Dessa forma, este trabalho apresenta uma reflexão sobre o papel do Estado no desenvolvimento socioeconômico local e regional, a partir da implementação de uma política pública de alcance nacional no âmbito da Educação brasileira e os resultados percebidos na configuração da rede federal de ensino profissional no estado do Rio de Janeiro, no período de 2005 a 2016.

**Palavras chave:** Educação profissional, Educação Superior, Instituto Federal, Desenvolvimento Local e Regional

**ABSTRACT**

Since 2005, with the revaluation and re-signification of professional education in the country, the Federal Government established a national public education policy that aimed to expand and decentralize the offer of professional education in the federal education system, in order to establish new perspectives for national education. These transformations are intrinsically related to the changes in the productive system in general that have had repercussions on the State's way of engaging the territories, at the subnational scales, for national development and economic competition. It is on the basis of these premises that the expansion and deconcentration of the federal network of professional education was established: professional education to raise the education of the population served and in the production of innovations, from the prospection of local and regional potentialities. Thus, the Federal Government has established a program for the expansion of the federal network of vocational education, dividing it into three phases, the third of which is still unfinished. In this sense, the results of the expansion of the federal network of vocational education in the state of Rio de Janeiro are notorious, providing a significant deconcentration of the network in the state of Rio de Janeiro that translates not only into new teaching units, but also includes an expansion of educational offer based on medium-level professional education linked to the expansion of the offer of higher education of different types (undergraduate, baccalaureate, technologists) and graduate (lato sensu and stricto sensu). In this process, it can be seen that the subnational scales have been given new possibilities by establishing new educational units that seek, through the capitalization of local and regional characteristics and characteristics, to devise new ways of serving the local community in development. It is therefore worth highlighting the expansion of the offer of professional, undergraduate and postgraduate courses as propellers of new opportunities that make it possible to renew local economies, attend to different local aspirations, even if these roles are under construction and do not develop in a linear or identical way in the different realities of the state of Rio de Janeiro. In addition, despite the advances, there are clear disparities between the units that make up the network in the offer of professional and academic education, especially when considering the offer of graduate stricto sensu. Thus, this paper presents a reflection on the role of the State in local and regional socioeconomic development, based on the implementation of a public policy of national scope within the scope of Brazilian Education and the results perceived in the configuration of the federal network of professional education in the state of Rio de Janeiro, from 2005 to 2016.

**Keywords:** Professional Education, Higher Education, Federal Institute, Local and Regional Development

**1 INTRODUÇÃO**

O Governo Federal, a partir de 2005, estabeleceu um programa de expansão sistemática da rede federal de Ensino profissional e tecnológica, que fora dividido em três fases, cuja terceira se encontra inconclusa. As premissas norteadoras da expansão da rede foram, de modo sintético: abranger todo o território nacional, realizar uma distribuição mais ubíqua das unidades da rede federal de Ensino profissional; e ampliar a oferta de educação profissional e superior.

Além disso, pretendeu-se conferir um novo significado para a educação profissional na rede federal de ensino, sobretudo com a reorganização da rede e a criação dos Institutos Federais, em 2008. Propugnava-se, então, a produção científica e tecnológica com vista à realização de inovações, extraindo-se das diferentes potencialidades territoriais, nas diversas localidades e regiões, oportunidades para essa inovação. Tratar-se-ia, em suma, de engajar os territórios nas escalas

subnacionais para competição econômica que se vislumbra neste século (BECKER, 2009; DINIZ, 2001).

As unidades federais de ensino se tornariam *locus* privilegiado para o fortalecimento e a promoção da educação, especialmente a profissional, nas localidades onde atuam, ao servirem como vetores de desenvolvimento local e regional. Mais do que isso, a atuação em rede constitui fator basilar, ao articularem e mobilizarem os territórios de abrangência para o fomento à produção científica e a resolução de demandas locais e regionais.

Por outro lado, não sobejam estudos sobre o impacto do federalismo no funcionamento e nos resultados da educação do País. No debate a respeito da descentralização das competências da oferta educativa, emergiu a noção de ‘competência comum’, ou seja, uma escala de governo atua prioritariamente sobre um ciclo, ao mesmo tempo em que o outro também poderia fazê-lo. Outro aspecto tange à competência da União de produzir diretrizes e normas nacionais, somada a sua função supletiva e redistributiva, a fim de garantir maior ubiquidade de oportunidades e um padrão mínimo de qualidade de ensino (ABRUCIO, 2010).

Nessa medida, o Governo Federal fortaleceu sua atuação na educação nacional, ao ampliar a educação profissional de nível médio, assim como na criação de cursos superiores. Nessa medida, as instituições federais de ensino profissional teriam por pressuposto a verticalização do ensino, o que significa dizer que os docentes podem atuar desde o Ensino Básico e Profissionalizante até a Pós-graduação *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado) e que os discentes poderiam percorrer as etapas da formação profissional-acadêmica, nos diferentes níveis, na própria unidade de ensino.

Busca-se, com isso, “promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão” (BRASIL/MEC, 2008, p. 02). Todavia, há críticas à verticalização, uma vez que se referenciaria a um processo balizado numa “estratégia administrativo-gerencial e em uma estratégia pedagógica, subsumidas às diretrizes macroeconômicas da redução de custos do Estado com a educação pública e gratuita.” (FLORO, 2014, p. 1). No tocante à educação superior, os Institutos Federais deveriam ofertar cursos mais vinculados à educação profissional e à área tecnológica, do que à área acadêmica, distinguindo-se das Universidades Federais (FLORA, 2016, p. 46).

Nesse contexto, nosso trabalho visa apresentar os efeitos da expansão da rede federal de ensino profissional no estado do Rio de Janeiro na distribuição dos cursos ofertados pelos Institutos Federais fluminenses e o CEFET/RJ. Assim, foram identificados os cursos profissionais integrados ao ensino médio e os concomitantes/subsequentes ao ensino médio, bem como os de nível superior (bacharelado, licenciatura e tecnólogo) e pós-graduação (*Lato Sensu* e *Stricto Sensu*).

Por razões históricas, o estado já contava com instituições federais de ensino profissional: o CEFET/RJ, CEFETQuímica e CEFET-Campos. Atualmente, o CEFETQuímica se transformou em Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), ao absorver o Colégio Agrícola Nilo Peçanha vinculado à Universidade Federal Fluminense (UFF), e se ampliou com as novas unidades criadas no programa de expansão; o Instituto Federal Fluminense (IFF) foi criado a partir da junção do CEFET-Campos e o Colégio Agrícola Idelfonso Bastos Borges, vinculado à UFF, e ampliado com as unidades criadas; e o CEFET/RJ permaneceu com a mesma designação, não mais se expandindo após a criação dos IFs em 2008. O trabalho foi estruturado desta forma: inicialmente, apresentamos um panorama da expansão da rede federal de ensino profissional; em sequência a metodologia do trabalho, os resultados e as considerações finais.

## **2 A EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE ENSINO PROFISSIONAL**

As ações empreendidas pelo Governo Federal com a expansão da rede federal de ensino têm possibilitado, aos diferentes municípios e regiões, novos instrumentos para a construção do desenvolvimento socioeconômico local e regional, em que o estímulo à geração de inovações tecnológicas é evidente. Tais ações não são desprezíveis e estão estritamente correlacionadas aos objetivos gerais do próprio Estado, no sentido de induzir a produção de inovações tecnológicas nas diferentes localidades do País. Resulta, claramente, da aceção geopolítica de diminuição da dependência brasileira das tecnologias dos países desenvolvidos (IBAÑEZ, 2014, p. 132).

O programa de expansão, ao coligar critérios para nortear a expansão da rede, utilizou-se de dados demográficos, da presença de outras redes de ensino profissional, do recorte em meso e microrregiões do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dentre outros, para realizar uma distribuição mais equânime das novas unidades criadas. Assim, reforçou-se a atuação do Governo Federal em diversos municípios e regiões do país com o fito de guarnecer as escalas subnacionais de unidades de ensino que fortalecessem o desenvolvimento local e regional.

No contexto contemporâneo, a escala de atuação do Estado deixa de ser prioritariamente a macrorregional, reconfigurando-se, ao se privilegiar as escalas subnacionais, uma vez que a

[...] noção de reescalonamento do Estado caracteriza, assim, a forma transformada do Estado no capitalismo contemporâneo. Se no século 20 as estratégias políticas tinham como foco estabelecer uma hierarquia centralizada do poder, hoje, elas estão superadas, na medida em que uma configuração do estatismo mais policêntrica, multiescalar e não-isomórfica está sendo criada. (BRENNER, 2004, *apud* BECKER, 2009, p. 42).

Becker (2009) nos lembra de que, com a erosão do keynesianismo espacial, não se gerou um processo de descentralização de escalas, em que só uma escala substituiria as demais. Tratar-se-ia, em realidade, de um reescalonamento das funções do poder do Estado, que passa por um processo de transformação qualitativa.

Em contraste com as previsões de desnacionalização, das capacidades regulatórias do Estado, seja pelo crescimento dos blocos supranacionais seja por regionalização, o que ocorre é a permanência das instituições nacionais espacialmente reconfiguradas, como as mais importantes animadoras e mediadoras da reestruturação político-econômica em ‘todas as escalas geográficas’. (BECKER, 2009, p. 42-43).

As ações promovidas pelo poder público, nas escalas subnacionais, referem-se, antes de tudo, a uma estratégia que busca fortalecer e engajar a competição em diferentes territórios.

Sob os esforços da ciência e os discursos e ações do planejamento, não há tanto de novo na essência: trata-se de como competir mais e melhor. Destacam-se, na verdade, processos de aprofundamento da competição. É o caso de engajar os territórios na competição em diferentes escalas, envolvendo o seu tecido social e o conhecimento produzido, e promovendo a cooperação e o aprendizado para competir. (BECKER, 2009, p. 47).

No Brasil, de acordo com Rückert (2005), as políticas de desenvolvimento endógeno na escala local-regional se impulsionaram principalmente a partir das transformações político-institucionais. Tais mudanças decorreram da descentralização político-administrativa, ao se fortalecer as escalas subnacionais, com a redistribuição de competências políticas e fiscais.

É importante frisar, nesse sentido, que as unidades federais de ensino profissional se configuram como importantes atores locais e regionais no desenvolvimento local. A preocupação com o desenvolvimento local e regional se elevou diante dos fracassos das políticas com caráter macroestruturais, a partir da percepção de que ainda persistem as graves disparidades sócioespaciais intra e inter-regionais, tanto quanto entre os municípios do País.

É muito evidente que o tema do desenvolvimento local vem sendo colocado na agenda da discussão político-econômico-social e cultural devido ao fracasso das abordagens macroestruturais em romper, no plano social com a desigualdade, no plano econômico com a concentração do poder, no plano político com a declarada insuficiência dos mecanismos e processos da democracia representativa e no plano cultural com a folclorização trabalhada pela ‘indústria-cultural’ como exotismo [...] (BAVA, 2002, *apud* ULTRAMARI & DUARTE, 2012, p. 24).

O conceito de desenvolvimento local abrange diferentes perspectivas, ao não se limitar às formas de como valorizar o local e a comunidade e às diversas possibilidades de iniciativas que buscam soluções para problemas enfrentados no cotidiano.

O Desenvolvimento Local é tema controverso sobre o qual não há consenso entre os especialistas, nem no Brasil nem no debate internacional. A controvérsia não é apenas conceitual, e também existe no plano metodológico. Há quem diga que as experiências de desenvolvimento local são apenas a expressão espacial de um novo arranjo industrial ‘pós-fordista’. Para outros, as experiências de desenvolvimento local têm dinâmicas próprias e são mais que reflexo da reorganização internacional do capital. Para outros, ainda, o local seria um espaço privilegiado para experimentações contra-hegemônicas. (FRANÇA et al., 2004, *apud* ULTRAMARI & DUARTE, 2012, p. 29).

As diferentes localidades e regiões dispõem de características variadas, sejam elas econômicas, físicas, sociais, culturais, entre outras, que são importantes na capacidade de produzir conhecimento, de aprender e inovar (ALBAGLI & MACIEL, 2004, p. 11). Nas inter-relações que se constroem na escala local e regional, os diferentes atores envolvidos são determinantes em sua capacidade de capitanear os processos de crescimento e mudança, ou seja, de desenvolvimento local (BÁRQUERO, 1999, *apud* ALBAGLI & MACIEL, 2004, p. 11).

Nessas interações locais, desenvolve-se um conhecimento coletivo, o qual é diferenciado e desigualmente distribuído, podendo ou não constituir importante fonte de dinamismo para aquele ambiente. Esse conhecimento coletivo não corresponde simplesmente à soma de conhecimentos de indivíduos e organizações; resulta das sinergias geradas a partir dos vários tipos de interação; e altera-se inclusive na sua interseção com a circulação globalizada de informação e conhecimento. (ALBAGLI & MACIEL, 2004, p. 11).

A promoção do desenvolvimento local pretende responder “às exigências de transformação produtiva, empresarial e organizacional que, nesta fase ‘pós-fordista’, obrigam a buscar formas mais flexíveis e eficientes no âmbito da acumulação do capital” (DIAS & MATOS, 2012, p. 34). As transformações não ocorrem somente no âmbito econômico, mas resvalam, também, no âmbito político. Dessa maneira, são “necessárias adaptações socioinstitucionais e reformas políticas, que implicam a modernização do Estado, assim como o estímulo da participação cidadã e o fomento das atitudes inovadoras e criativas na sociedade local” (ALBUQUERQUE, 2004, p. 48).

Para Albuquerque (2004), um dos aspectos fundamentais do desenvolvimento econômico local são as instituições educacionais.

Outra capacidade fundamental [para o desenvolvimento econômico local] se refere à mobilização e orientação das instituições territoriais educativas e de capacitação, de modo que contemplem de forma prioritária as necessidades e problemas do perfil produtivo local. Inútil é destacar a importância da educação e da capacitação como elemento determinante para reforçar as capacidades de desenvolvimento, melhorar a competência dos recursos humanos e estimular atitudes criativas e inovativas. Entretanto, este papel é frequentemente subestimado na hora de empreender atuações diante da atual mudança estrutural, o que não pode ser



atendido eficazmente mediante uma simples educação do tipo generalista, que não é suficiente para capacitar a pessoas diante dos desafios que têm que enfrentar na atual fase de transição tecnológica e organizativa. (ALBUQUERQUE, 2004, p. 65-66, tradução nossa).

Além disso, a dimensão sociocultural, política e administrativa conformam novas perspectivas para o desenvolvimento local, em que o território constitui espinhal dorsal de fomento à competitividade. Tendo em vista que as cidades e regiões competem nacional e globalmente, reforçam-se as estratégias que visam ampliar a competitividade local e regional. Concomitantemente, buscam-se atrair novos investimentos e consumidores com o objetivo de beneficiar as suas localidades e regiões (DINIZ, 2001).

À visto disso, a expansão da rede e, como resultado, a ampliação na oferta da educação profissional e de nível superior se balizou na premissa de fornecer renovados instrumentos no desenvolvimento local e regional, com a formação educativa da população atendida (PACHECO, 2011). Assim, investigamos os efeitos da ampliação da rede no território fluminense e na distribuição dos cursos.

### **3 METODOLOGIA**

A metodologia da pesquisa foi construída a partir dos dados coletados nos Relatórios de Gestão dos Institutos Federais, exercício 2015, apresentado ao Tribunal de Contas da União (TCU) pelas instituições. Em acréscimo, consultamos as páginas, na Internet, dos Institutos Federais e do CEFET/RJ para referendar as informações coletadas.

Assim, construímos uma base de dados com os cursos ofertados em todos os *campi* e unidades, em que constavam as informações sobre o nome do curso, a modalidade (Integrado, Educação de Jovens e Adultos, Concomitante ou Subsequente, Licenciatura, Bacharelado, Tecnólogo, Especialização, Mestrado Acadêmico ou Profissional e Doutorado) e o nível desses cursos (Médio Profissional / Superior / Pós-graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*).

Com a base de dados criada, construímos quatro mapas, com o uso do ArcGis 10.2 e os *shapes* disponibilizados na página do IBGE. Os mapas apresentam a distribuição quantitativa dos cursos de nível médio/técnico, nível superior e da pós-graduação (*Lato Sensu* e *Stricto Sensu*) entre as unidades federais de ensino profissional no estado do Rio de Janeiro. No mapa distinguimos as unidades efetivamente implantadas, ou seja, as que dispõem de instalações, corpo técnico-administrativo e de docentes próprios, enquanto em funcionamento se identificou a unidade que oferta curso, mas não possui instalação própria e os docentes são vinculados a outra unidade.

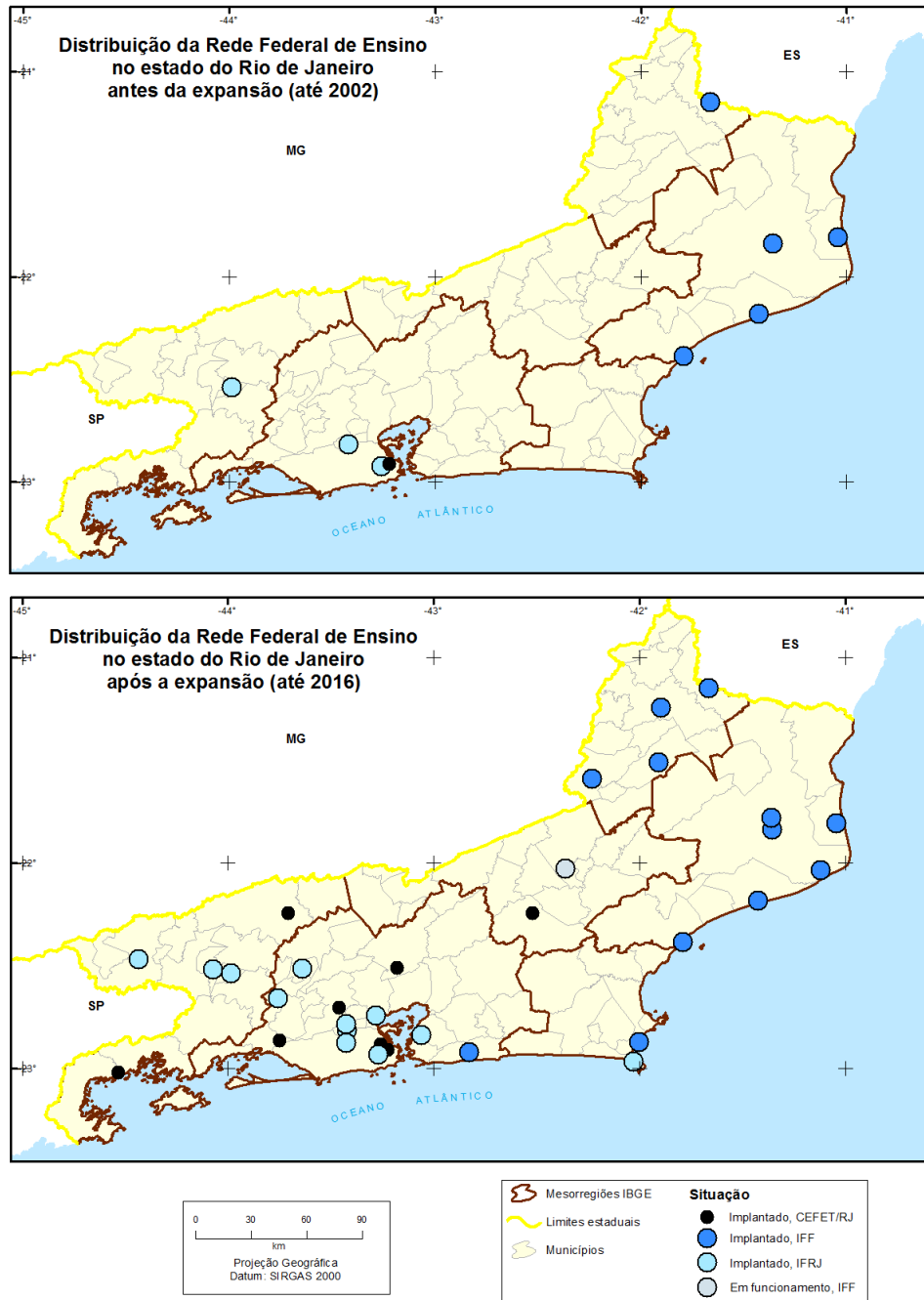
#### 4 RESULTADOS

A expansão da rede federal de ensino profissional é notória (Mapa 1) e ampliou a oferta dos diferentes níveis de ensino nos municípios e regiões do estado do Rio de Janeiro. No entanto, ainda há diferenças no quantitativo de cursos ofertados e, também, dos níveis ofertados. Embora a verticalização do ensino seja um pressuposto a que os Institutos Federais precisam atender, ainda não é possível cursar todos os níveis de formação (ensino profissional até o doutorado) na maior parte dos *campi* dos Institutos Federais.

Não obstante, a diferença no quantitativo de cursos ofertados pelos *campi* pode decorrer de fatores concorrentes: tempo de existência da unidade ou uma maior e mais diversificada demanda da economia local e regional, que serve para justificar a criação de novos cursos. Além disso, há outras condicionantes que diferenciam essas ofertas: a disponibilidade de infraestrutura e espaço nos *campi*; o quantitativo e a disponibilidade de docentes; a capacidade de articulação político-institucional dos atores (docentes, coordenadores, diretores-gerais) dos *campi* dos Institutos Federais para demandarem a criação de novos cursos, dentre outras.



Mapa 1. Expansão da rede federal de ensino profissional no estado do Rio de Janeiro

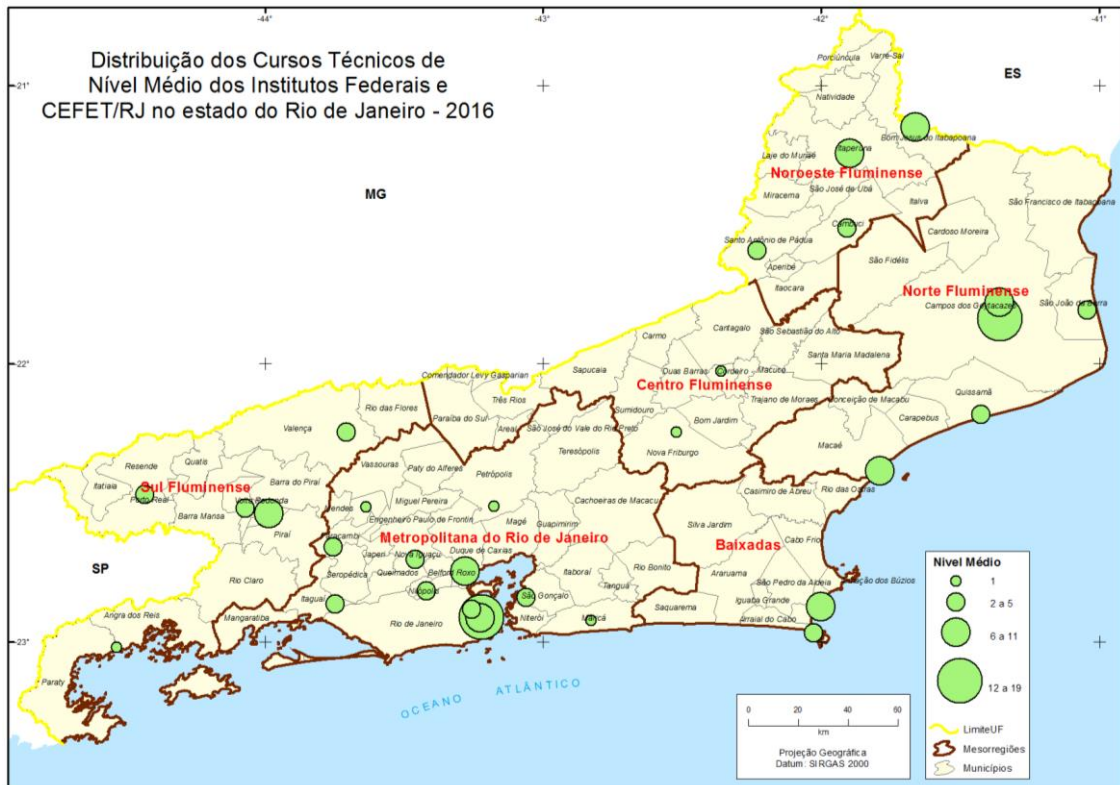


Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados coletados e do IBGE (2016).

A expansão da rede federal de ensino profissional tem logrado, de fato, ampliar a oferta de cursos profissionais de nível médio no estado do Rio de Janeiro (Mapa 2). Com exceção de Mesquita, todos os municípios com ao menos uma unidade federal de ensino profissional dispõem de cursos profissionais de nível médio. A capital fluminense concentra 20% dos cursos profissionais de nível médio do estado, seguida do município de Campos dos Goytacazes com 15% e Macaé com 8%.

Considerando-se as mesorregiões, a Metropolitana concentra 36% dos cursos, seguida da mesorregião Norte (30%), Noroeste (15%), Sul (11%), Baixadas (6%) e Centro (1%).

**Mapa 2. Distribuição dos Cursos Técnicos de Nível Médio dos Institutos Federais e CEFET/RJ no estado do Rio de Janeiro - 2016**

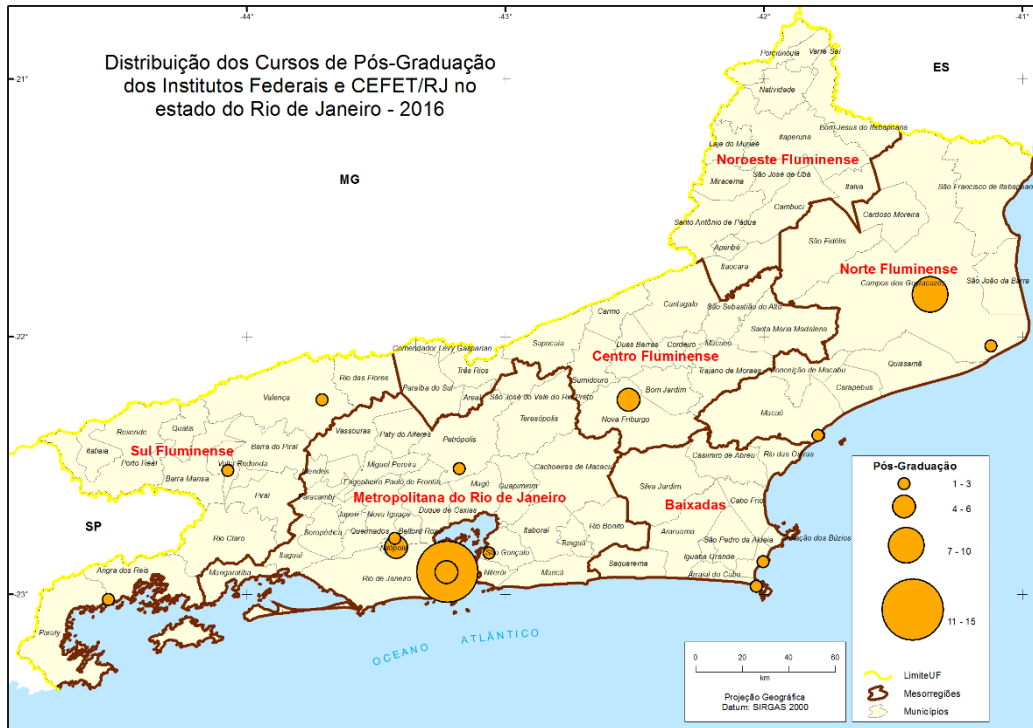


Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados coletados e do IBGE (2016).

Ao considerarmos a distribuição dos cursos de Graduação (Mapa 3), a capital fluminense e Campos dos Goytacazes concentram, cada um, 25% dos cursos superiores do estado ofertados na rede federal de ensino. Em seguida, Nilópolis (8%); Nova Friburgo e Cabo Frio (6%); Angra dos Reis, Nova Iguaçu e Petrópolis (4%); Itaguaí, Valença e Volta Redonda (3%), dentre outros. Destaca-se que, dos 28 municípios fluminenses que possuem unidades federais de ensino profissional, em 17 deles há, ao menos um curso superior, o que implica dizer que 61% das unidades federais de ensino lograram ofertar ensino superior (Mapa 3).



Mapa 4. Distribuição dos Cursos de Pós-Graduação dos Institutos Federais e CEFET/RJ no estado do Rio de Janeiro - 2016



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados coletados e do IBGE (2016).

No que tange à distribuição dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, a capital do estado possui 23% dos cursos, seguida por Nova Friburgo (20%), Campos dos Goytacazes (17%), Nilópolis (10%), Cabo Frio (7%), Angra dos Reis, Arraial do Cabo, Mesquita Petrópolis, Valença e Volta Redonda com 3% cada um. Assim, dos 28 municípios com unidades federais de ensino profissional, 12 contam com ao menos um curso de pós-graduação *lato sensu*.

Por outro lado, no que se refere à oferta dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado), a capital fluminense concentra 62% desses cursos, seguida por Campos dos Goytacazes (19%), Nilópolis (10%), Cabo Frio e Macaé, com 5% cada. Ao considerarmos o topo da formação acadêmica, somente na capital fluminense é possível cursar o Doutorado na rede federal de ensino profissional: no *campus* Maracanã do IFRJ ou na unidade Maracanã do CEFET/RJ.

## 5 CONCLUSÕES

O trabalho desenvolvido visou dar um panorama sobre a expansão da rede federal de ensino profissional no estado do Rio de Janeiro, principalmente com os resultados do programa de expansão sistemática da rede. Tendo sido um programa iniciado em 2005, já são notáveis os efeitos da abrangência em todo território fluminense da rede federal, assim como na ampliação da distribuição da rede.

Refere-se, além disso, de um processo em que o Governo Federal busca engajar as escalas subnacionais para fomentar a produção de inovações técnicas e tecnológicas. Nesse sentido, a ampliação da oferta educativa é um pressuposto para o alargamento dessa produção. Por isso, consideramos relevante apresentar os efeitos da expansão da rede federal de ensino profissional no estado do Rio de Janeiro.

Assim, o processo de desconcentração da rede federal tem logrado expandir a oferta da educação profissional em território fluminense, ao reduzir as desigualdades de oportunidades de acesso à educação pública nesse nível de ensino nas diferentes regiões e municípios estaduais. Todavia, o desafio maior persiste na desconcentração da oferta de cursos de graduação e, indubitavelmente, de pós-graduação.

### REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. A dinâmica federativa da educação brasileira: diagnóstico e propostas de aperfeiçoamento. OLIVEIRA, Romualdo P. SANTANA, Wagner. **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: UNESCO, 2010.

ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia. Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local. **Ci. Inf., Brasília**, v. 33, n. 3, p.9-16, set./dez, 2004. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19652004000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652004000300002&lng=en&nrm=iso), acesso em 27 de junho de 2019.

ALBUQUERQUE, Francisco. **El enfoque del desarrollo económico local. Cuaderno de Capacitación, n. 1, Serie: Desarrollo Económico Local y Emplabilidad Programa AREA – OIT em Argentina – Italia Lavoro. Buenos Aires: Organización Internacional del Trabajo, 2004.**

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Relatórios de Gestão**. <https://contas.tcu.gov.br/econtasWeb/web/externo/listarRelatoriosGestao.xhtml;jsessionid=-s11dyRc+BdbIVBOX7rkG4WZ.host1d1:econtasWeb>, acesso em 27 de junho de 2019.

BECKER, Bertha K. **O governo do território em questão: uma perspectiva a partir do Brasil. Parc. Estrat. Brasília: v. 14, n. 28, 2009.**

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Editora Atlas, 2012. 252 p.

DINIZ, Clélio Campolina. **Globalização, escalas territoriais e política tecnológica regionalizada no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2001.

\_\_\_\_\_. O papel das inovações e das instituições no desenvolvimento local. **Anais do XXIX ENEC – Encontro Nacional de Pós-graduação em Economia**. Salvador (BA), 2001.



**IBAÑEZ, Pablo.** Geografia e Inovação: uma abordagem urgente. **Espaço Aberto**, PPGG – UFRJ. V.4, n. 1, p. 131-138, 2014.

**FLORO, E. F.** O trabalho docente e verticalização do ensino nos Institutos Federais. **Didática e Prática de Ensino na relação com a Sociedade**. Ceará. EdUECE - Livro 3, 5 f. 2014. <http://www.uece.br/endipe2014/ebooks/livro3/356%20O%20TRABALHO%20DOCENTE%20E%20VERTICALIZA%C3%87%C3%83O%20DO%20ENSINO%20NOS%20INSTITUTOS%20FEDERAIS.pdf>, acesso em 27 de junho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Gerencialismo Educacional e precarização do trabalho docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará**. Tese (Doutorado). Marília (SP): UNESP, 2016. 151 p.

**PACHECO, Eliezer.** Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. **PACHECO, Eliezer (org.). Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011.

**RÜCKERT, A.** O processo de reforma do Estado e a Política Nacional de Ordenamento Territorial. **BRASIL.** Para pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial. Brasília: Ministério da Integração Nacional, p. 31-39, 2005.

**TAVARES, Moacir Gubert.** Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: as etapas históricas da Educação Profissional no Brasil. **IX ANPED Sul**. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012.

**ULTRAMARI, Clovis; DUARTE, Fábio.** **Desenvolvimento local e regional**. Curitiba: InterSaberes, 1ª ed., 2012. 152 p.